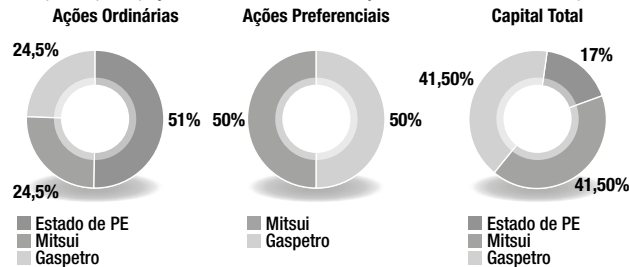


**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**

CNPJ nº 41.025.313/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. ESTRUTURA SOCIETÁRIA: A Copergás tem como acionista majoritário o Governo de Pernambuco, que participa com 51% das ações ordinárias e 17% do capital total; a Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO - subsidiária da PETROBRAS - participa com 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do capital total, enquanto que a MITSUI Gás e Energia do Brasil Ltda. possui participação societária de 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do capital total.



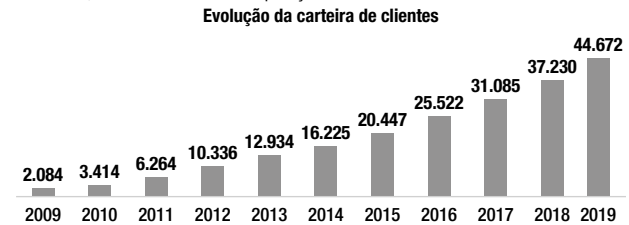
5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2019, a Copergás atualizou a Estratégia de Longo Prazo (ELP) para um horizonte de 5 (cinco) anos - entre 2020 e 2024 - de acordo com o art. 23º, § 1º, inc. II da Lei nº 13.303/16, com a finalidade de se adequar às demandas do mercado de gás e ao cenário de desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Em paralelo à ELP, foi desenvolvido o Plano Plurianual de Negócios (PPN) para um mesmo horizonte de tempo, servindo de referência para elaboração do orçamento anual e como ferramenta de gestão da carteira de projetos de investimento da Companhia. **Missão, Visão e Valores:** A Copergás tem o compromisso de distribuir o gás canalizado de forma ética e sustentável, econômica e ambientalmente, visando promover o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, respeitando as relações com clientes e demais partes interessadas. Sua visão é estar presente nos municípios com maior potencial de consumo de energia, mantendo o equilíbrio entre investimentos e volume até 2028. Para atingir seus objetivos estratégicos, a companhia se pauta nos seguintes valores:

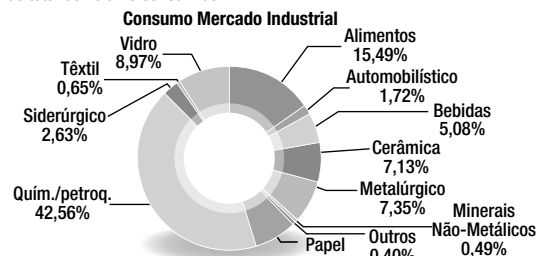
- Atuação ética, transparente e participativa;
- Desenvolvimento de uma equipe qualificada e comprometida com os resultados do negócio;
- Prevenção como regra para garantir um ambiente de trabalho seguro;
- A atenção, a criatividade e a inovação como meios para oferecer o melhor nível de serviço ao cliente;
- Compromisso de ser solidário e responsável internamente uns com os outros e externamente com a sociedade e o meio ambiente.

6. AMBIENTE REGULATÓRIO: No estado de Pernambuco, área de concessão da Copergás, a atividade de distribuição de gás natural é regulamentada pela Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE). Esta fiscaliza o cumprimento do contrato de concessão e os demais documentos e mecanismos relacionados à distribuição do gás canalizado no Estado, como também faz a intermediação entre o poder concedente, a concessionária do serviço público e o usuário final. Nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro existe alteração do preço de compra do gás natural (custo do gás) do supridor para a Copergás, que é automaticamente repassado às tarifas através da homologação da ARPE. Além dessas variações, existe a revisão de margem que é solicitada pela Copergás e aprovada pela ARPE.

7. DESEMPENHO COMERCIAL 2019: • Crescimento de Clientes: Conforme o gráfico abaixo nota-se um crescimento ano após ano no número de clientes consumidores do gás natural. Isso decorreu dos investimentos realizados nas obras de expansão dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, com destaque para o segundo, onde houve acréscimo 33,4% na carteira de clientes em relação a 2018, seguido do segmento residencial com 19,8% de aumento em comparação ao ano anterior.



• **Desempenho por Segmento e Evolução das Vendas: Industrial:** O grupo de clientes do segmento industrial é responsável pelo maior consumo de gás natural em Pernambuco, com forte contribuição para a economia estadual. Esse segmento protagonizou um crescimento no consumo do energético atingindo no ano de 2019 uma média de 1,12 milhão de m³/dia, um aumento de 2,37% em comparação ao ano de 2018 (1,097 milhões m³/dia). As categorias atendidas com o gás natural estão demonstradas no gráfico a seguir, com destaque para os segmentos químico/petroquímico e alimentos que correspondem a 58,05% do total do volume consumido:

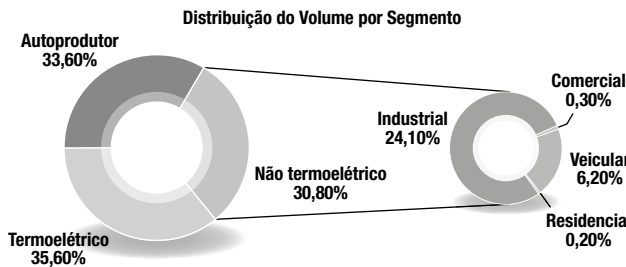
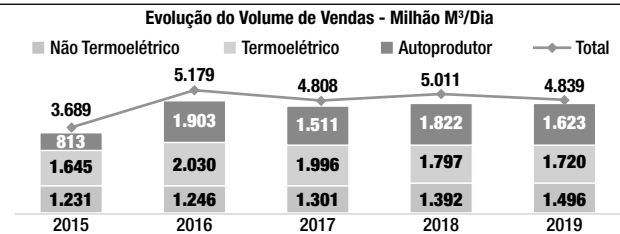


Residencial: Apresentou bons resultados no ano de 2019 com um aumento de 20% no número de clientes em relação ao ano de 2018, saltando de 36.606 para 43.859 clientes e consequentemente um crescimento no volume médio anual de vendas que alcançou 11 mil m³/dia, representando um progresso em torno de 20% em relação ao ano anterior.

Comercial: A Copergás finalizou 2019 neste segmento com mais 162 clientes representando um avanço de 33% em comparação ao ano de 2018. Em 2019, o volume médio

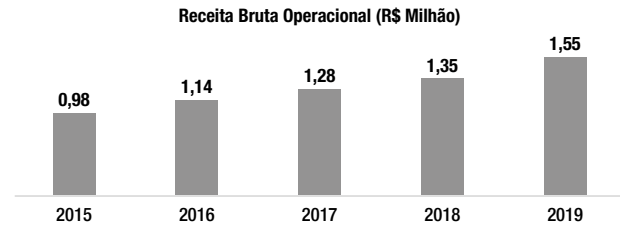
ando um avanço de 7% em comparação ao ano de 2018. Em 2019, o volume médio anual de vendas foi de 15,000 m³/dia, representando em relação ao ano anterior um aumento de 27%, em média. **Automotivo:** A comercialização do gás natural veicular (GNV), em Pernambuco, durante o ano de 2019, alcançou um volume médio anual recorde de 299 mil m³/dia. Desse total, 282,26 mil m³/dia, foram distribuídos por meio da rede de gasodutos da Copergás e 16,72 mil m³/dia fornecidos por meio de transporte rodoviário, realizado por carretas, com o combustível na forma de Gás Natural Comprimido (GNC). Em 2019, a Companhia contabilizou 70 postos ofertando GNV e GNC, instalados em 12 (doze) municípios e, também, de acordo com o DENATRAN, Pernambuco computa 62.398 veículos

convertidos para o GNV, um aumento de 18% em relação ao ano de 2018. **Cogeração:** Este segmento apresentou um incremento no volume em relação a 2018 de 27%, fornecendo em torno de 48 mil m³/dia. No gráfico abaixo, percebe-se um decréscimo no volume total movimentado em 2019 em relação a 2018 de 3% em virtude dos setores termoeletrônicos e autoprodutor. Contudo, o setor não-termoeletrônico teve um aumento de 7,5%, influenciado pelos segmentos comercial e automotivo, ambos com um crescimento de 27% em relação a 2018.

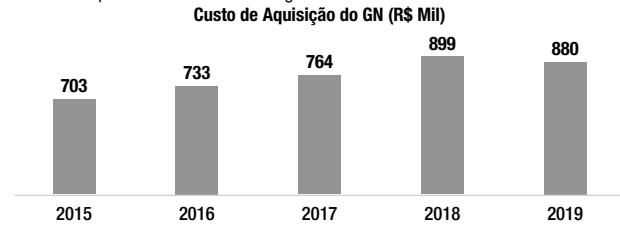


8. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO: As demonstrações Financeiras de 2019 da Copérgas revelam os resultados alcançados pela Companhia, firmando sua posição como uma das mais consolidadas distribuidoras de gás natural do país. Além da melhoria nos indicadores de vendas, outro fato de extrema relevância que melhorou o desempenho econômico financeiro da Companhia de forma significativa, foi o cumprimento da sentença final da arbitragem da controvérsia de ICMS em favor da Copérgas. *Nota 1: O resultado da contabilização desse evento impactou diretamente o custo e a margem termelétrica bem como o EBITDA, Lucro Líquido e Saldo Disponível de Caixa.*

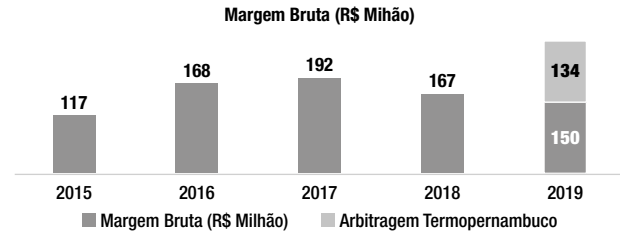
8.1 RECEITA BRUTA OPERACIONAL: A Copergás obteve uma receita bruta em 2019 no valor de R\$ 1,55 bilhão, representando um aumento de quase 15% em relação a 2018. Esse aumento decorreu do aumento no volume de vendas como também variação no preço da commodity que afeta diretamente a composição da tarifa de venda. A Copergás comercializou um volume de gás natural, em média de 4,84 milhões m³/dia, totalizando aproximadamente 1,77 bilhão de m³ em 2019, com destaque para o setor não-termoelétrico. O gráfico abaixo demonstra a evolução da receita bruta da Companhia entre os anos de 2015 e 2019:



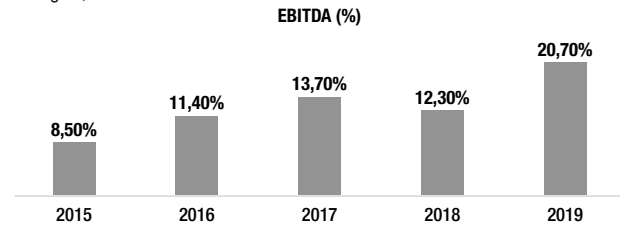
8.2 CUSTO DE AQUISIÇÃO DO GÁS NATURAL: O custo de aquisição do gás natural em 2019 alcançou um montante próximo de R\$ 880 milhões, revelando uma queda de 2,09% em relação a 2018. Isso é resultado do aumento de 29% no custo total do segmento não termelétrico, bem como à redução de 48% no custo termelétrico decorrente da contabilização do cumprimento da sentença final da arbitragem, conforme nota 1. A evolução do custo de GN pode ser demonstrada no gráfico abaixo:



8.3 MARGEM BRUTA: A Margem Bruta da Copergás, decorrente da operação de vendas, atingiu em 2019, uma soma de R\$ 150 milhões frente a R\$ 167 milhões, uma redução de 10%. Além da operação normal de vendas, os demais R\$ 134 milhões são referentes ao resultado da contabilização do cumprimento da sentença final da arbitragem, conforme nota 1.



8.4 MARGEM EBITDA: O EBITDA, que é o Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu um percentual de 20,70% em 2019, um aumento de 68,3% em relação a 2018, também como resultado da contabilização do cumprimento da sentença final da arbitragem, conforme nota 1:



8.5 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A Copergás registrou um Lucro Líquido, em 2019, de R\$ 192 milhões - gerando um aumento em relação a 2018 de 167%. Esse resultado deve-se principalmente ao resultado do cumprimento da sentença final da arbitragem conforme nota 1.

continua—★

1. MENSAGEM DA DIRETORIA: A Diretoria Executiva da Companhia Pernambucana de Gás - Copergás - vem a público divulgar aos acionistas, conselheiros, fornecedores, colaboradores e a sociedade em geral o Relatório da Administração 2019, que contempla os resultados, conquistas e desafios realizados em mais um ano de trabalho. Em 2019, a Copergás completou 27 anos de trabalho com excelência profissional, levando o gás natural, um combustível de qualidade e ambientalmente sustentável, ao povo pernambucano, contribuindo com a expansão da matriz energética do Estado, que está presente em 28 municípios, sendo 23 (vinte e três) deles com rede de distribuição de gás natural (RDGN) e 5 (cinco) por meio de gás natural comprimido (GNC). Dessa forma, a Companhia obteve importantes conquistas promovidas por mudanças na sua forma de atuação e registrou resultados significativos no desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Com um Planejamento Estratégico elaborado para o período 2019-2023, a Companhia obteve um recorde histórico no faturamento que foi de R\$ 1,55 bilhão - um aumento próximo de 15% em relação a 2018 - e um lucro líquido de R\$ 192 milhões, realizando, assim, os principais projetos previstos para o ano de 2019, com ampliação da rede de gasodutos em 52 km, interligando mais de 7.440 clientes nos principais segmentos: residencial, comercial, industrial, veicular, totalizando 44.672, atingindo um volume médio de 4,84 milhões m³/dia em 2019. Vale comentar ainda que os esforços na interligação de clientes residenciais possibilitaram agregar 7.253 novos clientes, maior crescimento anual da história da Copergás. O setor não-termoelétrico atingiu um volume de 1,49 milhão m³/dia - um aumento de 7,47% sobre 2018 - com destaque para os segmentos comercial e automotivo. O primeiro apresentou um crescimento relevante de 33% no número de clientes e de 27% no volume de vendas em relação ao ano de 2018, segundo maior crescimento percentual quando comparado aos demais concessionárias de distribuição de gás natural do país. Já no segmento automotivo, a Copergás atingiu o recorde no volume de vendas anual, com média de 299 ml m³/dia, montante 27% superior ao ano anterior, o que configura o maior crescimento percentual para o segmento em todo o cenário nacional. Com investimentos voltados para esse setor, Pernambuco alcançou em julho de 2019 o posto de maior mercado automotivo da Região Nordeste, conforme dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS). Cabe destacar também o acréscimo de 18% na frota de veículos que usam o GNV, entre 2018 e 2019, segundo o DENATRAN. Foram realizados investimentos que totalizaram R\$ 37,13 milhões, volume 70% superior ao ano anterior, com destaque para a grande capilarização da rede de distribuição de gás natural em áreas urbanas da cidade de Recife e Olinda totalizando mais de 30 km de dutos instalados para suportar, principalmente o crescimento de ligação de clientes residenciais, comerciais e veiculares. O ano de 2019 também foi marcado pelo início da expansão da rede de distribuição em novas regiões da área de concessão da Copergás com grande potencial de clientes dos segmentos industriais e veicular. Nesse caso, o Projeto Porto de Galinhas-Muro Alto, com a construção de mais de 9 km de dutos para atender principalmente aos condomínios residenciais e a grande rede hoteleira do litoral sul de Pernambuco, além de outros projetos relativos à melhoria operacional do sistema de distribuição de rede com o objetivo de ampliar a confiabilidade e a segurança da operação. Assim, a movimentação de gás natural apresentou um resultado 13,89% acima do orçado, com uma realização média de 4,84 milhões m³/dia em 2019, posicionando a Copergás, segundo dados do Ministério das Minas e Energia (MME), divulgados em fevereiro de 2020, como a terceira maior empresa do país em volume movimentado de gás natural. A condição relevante da Copergás na indústria do gás natural permite reforçar a aproximação da Companhia com a sociedade que, além dos serviços de distribuição de gás natural canalizado, se concretiza por meio de apoio a eventos culturais e sociais, esportivos, educacionais e ambientais. Como contribuição social, ocorreram ainda, doações destinadas aos Fundos do Idoso e da Criança e do Adolescente de Pernambuco, ambas integrantes de políticas de incentivos fiscais. São ações, iniciativas e políticas que conduzem a Copergás ao reconhecimento da sociedade, por sua contribuição ao Estado de Pernambuco. É importante citar ainda a manutenção das certificações ISO 9001 (Gestão de Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho), confirmada em outubro de 2019. Sobre a transparência, a Copergás disponibiliza no site da Companhia e no Portal da Transparência do Governo de Pernambuco, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) -, um conjunto de informações de interesse da sociedade e dos usuários e também uma estrutura de *call center* para atender às demandas dos clientes do gás natural. O objetivo para 2020 é intensificar os investimentos de modo a interiorizar as redes de distribuição de gás natural e desenvolver o mercado de gás natural tanto em áreas ainda não atendidas com destaque para o interior de Pernambuco - Zona da Mata, Agreste e Litoral Sul e Norte - como também para novas áreas da Região Metropolitana de Recife, na captação de novos usuários nas regiões saturadas e na implantação de melhorias na gestão, com a finalidade de orientar o crescimento da Copergás em conformidade com a sua missão, visão e valores.

2. A EMPRESA: Empresa de Economia Mista com capital fechado, a Companhia Pernambuco de Gás - Copergás, tem como sócios o Governo do Estado de Pernambuco, Petróleo Brasileiro S.A. - Gaspetro e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Criada pela Lei Estadual 10.656/1991 e outorgada pelo Contrato de Concessão assinado em 05/11/1992, a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás tem por objeto social a produção, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos. A Copergás é, portanto, responsável pela distribuição de gás natural em todo o Estado de Pernambuco, sendo de sua responsabilidade a exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor nos segmentos industrial, comercial, veicular e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade.

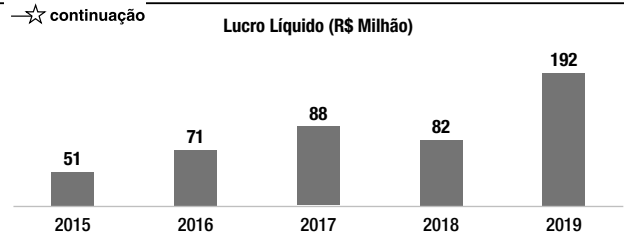
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA: A estrutura da Governança Corporativa da Copergás é composta por órgãos colegiados e Diretoria Executiva, Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.

• Conselho de Administração	
José Jorge de Vasconcelos Lima	(Presidente) Estado de PE
João Bosco de Almeida	Estado de PE
Marcelo Andrade Bezerra Barros	Estado de PE
Sérgio Luis De Carvalho Xavier	Estado de PE
Raimundo Barretto Bastos	Mitsui Gás e Energia do Brasil
Alisson Rangel Del Papa Araújo	(Vice-Presidente) Gaspetro
Luiz Flávio Beserra De Araújo	Empregados

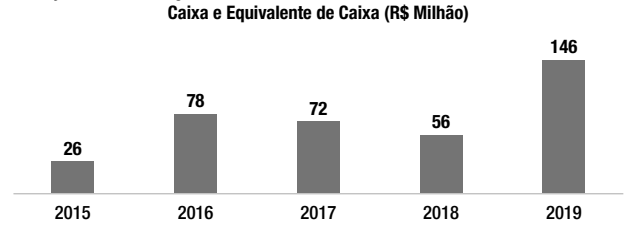
• Diretoria Executiva	
André Wilson de Queiroz Campos	Diretor Presidente
Fabício Bontempo de Oliveira	Diretor Técnico Comercial
Luciano Couto Rosa Guimarães	Diretor Administrativo Financeiro

• Conselho Fiscal	
Membro Efetivo	Membro Suplente
Renato Xavier Thiébaut (Presidente) - Estado de PE	–
Sileno Sousa Guedes - Estado de PE	–
Danielle de Belli Claudino - Estado de PE	–
Paulo Cicero Silva Neto - Gaspetro	–
Celso José de Faria Viana - Mitsui Gás e Energia do Brasil	Alyne Valentim Muniz

• Comitê de Auditoria Estatutário	
Alexandre Moura Alves de Paula	Estado de PE
João Batista de Moraes Guerra	Estado de PE
Eduardo Henrique da Fonseca Wanderley	Estado de PE
Valeska Souza Penido Gonçalves	Mitsui Gás e Energia do Brasil
Carlos Augusto de Vasconcelos	Gaspetro



8.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A Companhia encerrou o exercício de 2019 com um montante de R\$ 146 milhões em caixa, representando, então, um aumento de 162% em relação a 2018. Esse foi mais um dos indicadores financeiros que foram fortemente impactados pelo resultado do cumprimento da sentença final da arbitragem, conforme nota 1.



9. INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2019: A Copergás investiu R\$ 37,13 milhões ampliando a malha de gasodutos em 52 km - sendo 44,52 km em PEAD e 7,38 km em apo- ligando mais de 7.440 clientes no ano de 2019, atendendo 12 municípios. Em 2019, o perfil da carteira de projetos, de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos 2019-2023, teve um foco no mercado de varejo, concentrando 78% dos investimentos previstos em expansão da rede, com atenção para os projetos do Prado, Polo Médico/Boa Vista e outros: • **Bolsão Olinda:** com objetivo de atender áreas residencial e comercial. • **Bolsão Imbiribeira e Bolsão Zona Norte 3:** distribuiu o gás natural a mais sete bairros da cidade do Recife, nos segmentos residencial e comercial; • **Bolsão Pina:** agregou confiabilidade ao suprimento aos usuários da região com destaque para o Shopping Rio Mar Recife. Como projetos importantes, a Copergás está investindo R\$ 10,4 milhões na expansão do litoral Sul de Pernambuco, com extensão total de 23,2 km com precisão de conclusão para abril de 2020. Outro grande projeto de expansão iniciado em 2019 foi o de Camaragibe-Carpina orçado em R\$ 24,5 milhões.

10. AUDITORIA INDEPENDENTE: Devidamente autorizada pelo Conselho de Administração, em atendimento às disposições estatutárias, a Copergás contratou a Maciel Auditores S/S (Russell Bedford), que ficou responsável pelos trabalhos de auditoria independente de suas demonstrações contábeis e opinou que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

11. TRIPLA CERTIFICAÇÃO: A Copergás manteve a certificação das normas ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001 - Sistema de Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, conferida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, após auditoria realizada em outubro de 2019, comprovando o comprometimento da empresa com segurança do trabalho, melhoria contínua nos seus serviços e preservação do meio ambiente.

12. SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE: SAÚDE OCUPACIONAL: • Realização de campanha de vacinação contra gripe para os colaboradores; • Programa de acompanhamento nutricional dos colaboradores, feito mensalmente, com a finalidade de avaliar os parâmetros de percentual de gordura, massa magra, pressão arterial, IMC (Índice de Massa Corpórea), peso, taxa de glicose e outros; • Campanha de conscientização de combate ao câncer de mama - Outubro Rosa e ao câncer de próstata - Novembro Azul. **SEGURANÇA DO TRABALHO:** • A Copergás realizou, por meio da Academia Pernambucana de Bombeiros Civis - (APBC), o Treinamento da Norma Regulamentadora 10 (NR-10), com certificação válida por dois anos, com o intuito de garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas ou serviços relacionados; • A Companhia, através de seu programa de Treinamento, capacita seus

empregados em temas exigidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho: trabalho em altura (NR 35), CIPA (NR 05), serviços em instalações elétricas (NR 10), combustíveis e inflamáveis (NR 20), movimentação de produtos perigosos - MOPP (NR 11), incêndio (NR 23). • Realização de simulados de emergência com o objetivo de avaliar a eficácia das ações de resposta na aplicação dos padrões de controle de emergências representados pelo Plano de Ação de Emergência - PAE da Companhia. **MEIO AMBIENTE:** • A Companhia distribuiu muda de árvores aos seus colaboradores no dia da árvore, 21/09, com o objetivo de difundir a importância da preservação do meio ambiente; • Ações de conscientização ambiental, como competições educativas através de jogos QUIZ, palestras de coleta seletiva de óleo e oficinas de compostagem durante a Semana do Meio Ambiente, oferecendo conhecimento e respeito dos cuidados com o meio ambiente. • A Copergás lança a campanha interna **“Caneque-se”**, com a proposta de que colaboradores da companhia deixem de usar copos descartáveis e os substituam por canecas individualizadas reutilizáveis, significando uma redução média de 500 copos plásticos por funcionário/ano.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, COMUNICAÇÃO E MARKETING: Para se tornar reconhecida e agregar valor a sua marca empresarial, a COPERGÁS incentiva, apoia e patrocina programas de educação, esportes, cultura e projetos sociais, renovando e ampliando os laços com a sociedade, incentivando e fortalecendo valores similares ao que recomenda a Política de Patrocínios da Companhia: • Programa educacional **“Ganhe o Mundo”**, promovido pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco em parceria com a Copergás, que auxilia alunos em programas de intercâmbio internacional, doando uma mala de viagem para cada estudante participante do programa. • Como forma de estimular a doação de sangue para a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - **Hemope** - a Copergás disponibilizou carros para locomoção dos seus colaboradores interessados em participar da ação. • O **Festival Internacional de Teatro** também teve a parceria da Companhia, abrihantando os palcos pernambucanos, com exhibções de espetáculos variados, durante mais de 15 dias, no mês de setembro. • A arte popular contou com a parceria da Copergás, por meio do patrocínio à **Fenearte 2019** - maior feira de artesanato da América Latina - que destaca a criatividade e qualidade dos artesãos locais. • A Copergás, em seu contínuo apoio à cultura de Pernambuco, é um dos patrocinadores do **Baile do Menino Deus**, tradicional espetáculo natalino que traz elementos do Nordeste brasileiro, como o bumba-meu-boi e os caboclos de lança. • Divulgação sobre a produção imobiliária pernambucana em parceria com a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE) com a entrega do **Troféu ADEMI-PE COPERGÁS**. Ainda recebeu apoio da Copergás o XII Biental Internacional do Livro de Pernambuco, Cine PE 2019, Mostra Play The Movies, Baile do Menino Deus, projeto “Cultura e arte por toda parte” e outros projetos de patrocínios. Além disso, há as doações que beneficiaram os Fundos do Idoso e da Criança e do Adolescente, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS), todos por lei de incentivo fiscal. A Copergás também incentiva a participação dos seus colaboradores em atividades de responsabilidade social e sustentabilidade, por meio de ações de voluntariado: • A Copergás em ação solidária de Natal - Campanha Natal Solidário - juntamente com seus colaboradores e parceria com o grupo Amigos Solidários e a Ação Social Contagie arrecadaram cerca de 350 kg de alimentos não perecíveis e R\$ 700 entregues à diretora do Centro Regional de Ensino e Reabilitação (Center), localizado no município de Paulista. • Reforçando seu compromisso social, a Copergás, em parceria com o grupo *Amigos Solidários* e a ONG *Não Perca as Crianças de Vista*, promoveu festa comunitária em comemoração ao Dia das Crianças, quando foram entregues os brinquedos arrecadados junto aos colaboradores.

14. CAPITAL HUMANO: Faz parte da política de recursos humanos da Copergás a valorização de seus colaboradores gerando assim oportunidades e condições para capacitação, aperfeiçoamento e reconhecimento dos seus profissionais. Para isso, a empresa desenvolve e incentiva mecanismos que contribuem com a interação das equipes, reforçando a atuação junto ao mercado de gás natural. Em 2019, a força de trabalho da Companhia tinha 255 colaboradores: 116 concursados, 27 estagiários, 67 prestadores de serviços e 45 comissionados. Assim, como forma de melhorar as aptidões, a Copergás investiu em treinamentos por meio de cursos de especialização, pós-graduação, participação em seminários, palestras e treinamentos diversos, de acordo com as necessidades e conhecimentos da função de cada colaborador. E como forma de agradecer a participação dos colaboradores, a Copergás presta homenagem ao empregado pelo tempo de permanência de casa a cada 5 (cinco) anos com placas comemorativas. Dessa forma, a Copergás atua contribuindo para o desenvolvimento profissional, a evolução e a qualificação dos seus colaboradores, além de garantir motivação e comprometimento diários na realização das atividades. Como reforço das ações de reconhecimento ao



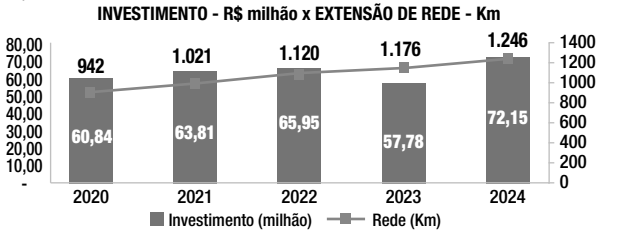
BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018							
ATIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalente de Caixa	4	143.223.063	51.478.018	Passivo de Arrendamento Mercantil	15	533.502	—
Contas de Custódia	4	282.752	279.857	Fornecedores	12	114.142.933	43.060.879
Contas a Receber de Clientes	5	140.541.593	92.532.832	Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar		7.401.103	4.014.348
Estoques		3.058.521	2.563.051	Tributos a pagar	6.2	7.354.422	6.022.750
Tributos a Recuperar	6.1	15.318.487	11.444.444	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	13.2	27.813.172	16.509.910
Créditos nas Operações de Aquisição de Gás	7	6.800.705	—	Débitos nas Operações de Venda de Gás	7	15.458.027	44.326.493
Outros Ativos		1.812.003	1.084.745	Outros Passivos		1.256.146	1.567.568
Total do Ativo Circulante		311.037.124	159.382.947	Total do Passivo Circulante		173.959.306	115.501.948
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Passivo de Arrendamento Mercantil	15	11.208.316	—
Contas a Receber de Clientes		56.655.209	58.449.977	Valores em Controvérsia	23	278.289	59.331.772
Créditos nas Operações de e Aquisição de Gás	7	—	52.664.591	Participação Financeira	16	7.338.180	8.465.157
Depósitos Judiciais	8	12.672.554	13.354.992	Provisão de contingências	17	31.737.971	—
Tributos a Recuperar	6.1	1.714.687	24.883	Total do Passivo Não Circulante		50.562.756	67.796.929
Tributos e Contribuições sociais diferidos	9	10.473.041	—	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros Ativos		3.050.068	4.312.195	Capital Social	13.1	177.366.592	166.290.920
Total do Realizável a Longo Prazo		84.565.559	128.806.638	Reserva de Lucros		67.450.083	68.102.521
IMOBILIZADO	10	9.468.321	—	Dividendos Adicionais Propostos	13.2	118.204.055	47.699.099
INTANGÍVEL	11	182.471.788	177.201.832	Total do Patrimônio Líquido		363.020.730	282.092.540
Total do Ativo Não Circulante		276.505.668	306.008.470	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		587.542.792	465.391.417
TOTAL DO ATIVO		587.542.792	465.391.417				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018									
	Capital Social	Reserva de Lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros		Total	
		Reservas de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Retenção de Lucros		Acumulados			
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	152.391.670	13.899.250	30.478.334	22.038.237	66.415.821	52.125.335	—	270.932.826	
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados	—	—	—	—	—	(52.125.335)	—	(52.125.335)	
Aumento de Capital Social Conforme 102ª AGE de 20/12/2018	13.899.250	(13.899.250)	—	—	(13.899.250)	—	—	—	
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	81.625.590	81.625.590	—	
Destinação do Lucro Líquido:									
Reserva Legal	—	—	2.779.850	—	2.779.850	(2.779.850)	—	—	
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	—	12.806.100	—	—	12.806.100	(12.806.100)	—	—	
Dividendos Adicionais Propostos	—	—	—	—	47.699.099	(47.699.099)	—	—	
Dividendos Mínimos Obrigatórios	—	—	—	—	—	(3.636.678)	(3.636.678)	—	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	(14.703.863)	(14.703.863)	—	
Em 31 de Dezembro de 2018	166.290.920	12.806.100	33.258.184	22.038.237	68.102.521	47.699.099	—	282.092.540	
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados	—	—	—	—	(47.699.099)	—	—	—	
Distribuição de Reserva de Lucros - AGE 108ª de 23/08/2019	—	—	—	(22.038.237)	(22.038.237)	—	—	(22.038.237)	
Redução de Capital Social 110ª AGE de 20/12/2019	(815.935)	815.935	—	—	815.935	—	—	—	
Aumento de Capital Social 111ª AGE de 20/12/2019	815.935	(815.935)	—	—	(815.935)	—	—	—	
Aumento de Capital Social 112ª AGE de 20/12/2019	11.075.672	(11.075.672)	—	—	(11.075.672)	—	—	—	
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	192.373.398	192.373.398	—	
Reserva Legal	—	—	2.215.134	—	2.215.134	(2.215.134)	—	—	
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	—	30.246.337	—	—	30.246.337	(30.246.337)	—	—	
Dividendos Adicionais Propostos	—	—	—	—	—	118.204.055	(118.204.055)	—	
Dividendos Mínimos Obrigatórios	—	—	—	—	—	(27.813.172)	(27.813.172)	—	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	(13.894.700)	(13.894.700)	—	
Em 31 de Dezembro de 2019	177.366.592	31.976.765	35.473.318	—	67.450.083	118.204.055	—	363.020.730	

mérito profissional e motivação permanente de seu capital humano, a Copergás, mantém o Programa de Participação nos Resultados, após a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

15. CANAL DE DENÚNCIAS E DE OUVIDORIA: Nesses canais quaisquer interessados podem apresentar denúncias sobre desvios, de forma anônima, de acordo com os normativos internos. No canal de denúncias, a informação é passada e analisada pelo Comitê de Ética da Companhia, enquanto que na ouvidoria o assunto é direcionado para a Controladoria Geral do Estado. Em 2019, a Copergás realizou uma pesquisa de satisfação, com uma empresa de comunicação, com objetivo de conhecer a percepção dos clientes sobre o gás natural e os serviços prestados pela Companhia. Os dados encontram-se no Relatório de Sustentabilidade do exercício social de 2019 no *site* da Companhia.

16. PERSPECTIVAS PARA 2020-2024: O PPN e a ELP 2020-2024 da Companhia preveem investimentos na ordem de R\$ 60,76 milhões para o ano de 2020, com foco nos projetos de expansão da rede tanto para a Região Metropolitana do Recife quanto para o interior do Estado e um acréscimo na rede de distribuição de gás natural em 94 km. O gráfico abaixo apresenta o planejamento de investimento e a evolução da extensão da rede para os próximos cinco anos.



Os principais investimentos de expansão que estão contemplados no PPN e na ELP 2020-2024, com destaque: • Andamento dos grandes empreendimentos do Litoral Sul (Porto de Galinhas) e do projeto Camaragibe-Carpina que foram iniciados em 2019 e são os dois maiores projetos de expansão a serem executados em 2020; • O projeto no município de Moreno-PE para interligação de clientes industriais. • A rede local em Petrolina é uma inovação que a Copergás traz ao Nordeste e visa o atendimento à região por meio da construção de 35,2 km de rede em PEAD a ser abastecida por gás natural transportado no estado liquefeito por meio do modal rodoviário. Outros investimentos voltados para os segmentos de saturação residencial, comercial, industrial e veicular: • A Copergás planeja expandir para 2020, 18 novos postos de GNV na capital e Região Metropolitana do Recife e para os Municípios de Tacaimbó, Paudalho e Ipojuca, inclusive incluir os veículos pesados para também receber o gás natural. • Espera-se ultrapassar os 51.000 clientes, com novas ligações em todos os segmentos e expandir a malha de distribuição de gás natural para o interior do Estado e Região Metropolitana do Recife. • Com a finalização dos projetos de expansão para 2020, planeja-se interligar grandes clientes industriais, e redes de hotéis no Litoral Sul de PE no segmento comercial.

Plano de Investimento 2020-2024 (R\$ milhões)	2020	2021	2022	2023	2024	5 anos
Expansão da Rede	30,557	31,210	41,361	39,614	55,337	198,079
Saturação da Rede	7,162	5,848	4,079	4,730	5,122	26,941
Suporte ao Mercado Consumidor	20,198	23,982	18,035	11,673	11,256	85,144
Administrativo	2,926	2,766	2,476	1,760	0,430	10,358
Total Competência	60,843	63,806	65,950	57,777	72,145	320,522

17. AGRADECIMENTOS: Com a preocupação precípua de zelar pela transparência, idoneidade e fidedignidade de toda informação declarada, além da devida responsabilidade com os compromissos assumidos e com a certeza de que foi detalhado neste instrumento todo o conteúdo exigido pela Lei nº 13.303/2016 e também pela Lei de Transparência nº 12.527/2011, a diretoria da Copergás agradece aos acionistas, conselheiros, clientes/usuários, colaboradores e todos que de alguma forma participaram pelo crescimento dessa Companhia no ano de 2019, trazendo ótimos resultados e conquistas para o Estado de Pernambuco. Por fim, agradecemos também aos órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal que contribuíram para que a Copergás em 2019 conseguisse concluir um ciclo de maneira positiva.

André Wilson de Queiroz Campos - Diretor Presidente
Luciano Couto Rosa Guimarães - Diretor Administrativo-Financeiro
Fabício Bomtempo de Oliveira - Diretor Técnico-Comercial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA - VENDAS DE			
GÁS E SERVIÇOS	18	1.164.019.449	1.066.055.031
Receita de Construção	20.5	37.131.476	21.367.261
		1.201.150.925	1.087.422.292
CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS	19	(922.972.885)	(950.718.989)
Custo de Construção	20.5	(37.131.476)	(21.367.261)
		(960.104.361)	(972.086.250)
LUCRO BRUTO		241.046.564	115.336.042
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais	20.1	(11.691.404)	(11.964.367)
Despesas Gerais e Administrativas	20.2	(52.169.337)	(45.828.353)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20.3	3.674.040	35.664.767
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		180.859.864	93.208.089
Receitas Financeiras	20.4	57.158.065	4.530.708
Despesas Financeiras	20.4	(1.140.927)	(2.031.268)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO		236.877.002	95.707.529
Imposto de Renda	6.3	(62.204.108)	(19.536.762)
Incentivo Fiscal SUDENE	6.3	30.246.337	12.806.100
Contribuição Social	6.3	(23.018.874)	(7.351.277)
IRPJ/CSLL Diferidos	9	10.473.041	—
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.2	192.373.398	81.625.590
RESULTADO POR AÇÃO - Em Reais			
Básico e Diluído	13.3	1,46	0,66
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.2	192.373.398	81.625.590
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		—	—
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		192.373.398	81.625.590

continua ☆

☆continuação

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Nota

2019

2018

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido do exercício

Despesas que não afetam o caixa:

Amortizações

Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Atualização monetária de depósitos judiciais

Juros provisionados e não pagos

Atualização (líquida) de Take or Pay

Provisão para participação nos lucros

Variação no ativo

Contas a receber de clientes

Estoques

Tributos a recuperar

Movimentação de depósitos judiciais

Direito de uso

Outros ativos operacionais

Variação no passivo

Fornecedores

Impostos e contribuições

Participações nos lucros

192.373.398

81.625.590

30.872.959

37.917.411

30.803.061

(330.856)

(367.361)

850.044

(935.156)

(25.923.607)

4.298.394

1.192.849

257.081.800

95.294.926

(46.213.993)

23.205.994

(495.470)

(137.043)

(3.307.765)

(1.701.905)

1.013.295

(10.234.141)

(35.040.223)

(1.906.067)

(24.197.851)

19.460.979

12

12.028.571

(47.281.469)

6

67.189.823

14.780.342

(1.192.849)

(1.965.067)

Nota

2019

2018

Participação financeira

Outros passivos operacionais

Caixa gerado nas atividades operacionais

Pagamento de Juros sobre empréstimos e financiamentos

Imposto de renda e contribuição social pagos

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividade operacionais

Total das atividades operacionais

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aplicações no ativo intangível

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Juros sobre o capital próprio pagos

Dividendos pagos

Pagamento de empréstimos e passivo de arrendamento

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

(1.126.977)

(1.188.977)

(44.345.729)

20.191.572

32.552.839

(15.463.599)

—

(850.044)

(65.858.151)

(18.014.167)

(65.858.151)

(18.864.211)

199.578.637

80.428.095

11

(35.943.372)

(19.017.167)

(35.943.372)

(19.017.167)

(13.894.700)

(14.703.863)

(69.737.337)

(52.125.335)

11.741.817

(13.382.373)

(71.890.220)

(80.211.571)

91.745.045

(18.800.643)

51.478.018

70.278.661

143.223.063

51.478.018

91.745.045

(18.800.643)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1 CONTEXTO OPERACIONAL - OBJETO SOCIAL:

A Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ("Companhia") tem como atividades preponderantes a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás. Constituída em 17 de setembro de 1992, a Companhia é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 10.656, de 28 de setembro de 1991. A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo Estado de Pernambuco, conforme contrato de concessão de 5 de novembro de 1992. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Conselheiro Aguiar, 1748, Boa Viagem, Recife/PE.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1 Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas através das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 09 de março de 2020, e serão encaminhadas para apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos:

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis não têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são: Nota 5 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber; Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes. Nota 11 - Amortização dos bens do ativo intangível: Taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período, segundo o contrato de concessão. Nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e probabilidade da saída de recursos.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ainda as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto com referência aos ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contrapartidas contingentes que foram mensurados pelo Valor Justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP07, emitida pelo CPC em novembro de 2014 e do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. (a) Classificação corrente versus não corrente:

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: i. Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. ii. Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. iii. Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. iv. É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: i. Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. ii. Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. iii. Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. iv. A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. (b) Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma. A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i. No mercado principal para o ativo ou passivo. ii. Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. iii. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Receitas

Receita com a distribuição de gás canalizado e outras

Outras receitas

(-) Insumos adquiridos de terceiros

Custos de industrialização do gás

Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais

(=) Valor Adicionado Bruto

(-) Retenções

Amortização

(=) Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade

(+) Valor Adicionado recebido em transferência

Receitas financeiras

(=) Valor Adicionado total a distribuir

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pessoal:

Remuneração direta

Benefícios

FGTS

Tributos:

Federais

Estaduais

Municipais

Outros

Financiadores:

Juros e despesas financeiras

Acionistas:

Juros sobre o capital próprio

Dividendos

Lucros retidos

18

1.487.092.139

1.341.834.104

20.3

76.962.493

61.330.868

1.564.054.632

1.403.164.972

(1.111.102.618)

(1.112.504.769)

(100.762.115)

(31.962.419)

(1.211.864.733)

(1.144.467.189)

352.189.899

258.697.784

11

(29.745.982)

(37.917.412)

(29.745.982)

(37.917.412)

322.443.917

220.780.372

20.4

57.158.065

4.530.709

57.158.065

4.530.709

379.601.982

225.331.081

26.699.793

24.242.218

9.698.481

5.892.436

1.370.741

1.241.923

37.769.015

31.376.577

70.580.866

38.906.408

70.890.031

64.874.796

1.145.074

1.257.991

5.702.671

5.238.450

148.318.642

110.277.645

1.140.927

2.031.268

1.140.927

2.031.268

13.894.700

14.703.864

146.011.926

51.335.777

159.917.226

66.039.641

32.461.472

15.585.950

379.601.982

225.331.081

Classificação

Imóveis

Equipamentos de Informática

Veículos

14 anos

1,5 anos

1,5 anos

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos operacionais de imóveis, a Companhia reconheceu R\$ 10.234.141 de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o ano de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 765.820 de depreciação e R\$ 1.127.899 de juros destes arrendamentos. (f) Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos ou passivos fiscais são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (g) Receitas de contratos com clientes:

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da Copergás avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço foi realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia. (i) Receita de venda de gás:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de gás é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, quando for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e quando o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável, ou seja, quando há transferência de controle. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. O momento da transferência dos riscos e benefícios na venda de gás é mensurado de acordo com o consumo do gás pelo cliente. A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia tem como política, o reconhecimento da receita quando todos os critérios previstos no IFRS 15 (CPC 47) forem atendidos, mas isso não se limita a: • O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo cumprimento da obrigação de desempenho por parte da Companhia, ou seja a disponibilidade e consumo imedito do Gás; • A Companhia transferiu para o cliente os riscos significativos e os direitos de propriedade do item; • A Companhia não mantém envolvimento gerencial, tampouco, controle efetivo sobre o item vendido; • o montante da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que o benefício econômico associado a transação flua para a Companhia; e • Os custos incorridos e a incorrer sobre a transação podem ser mensurados com confiabilidade. (ii) Receita de serviços:

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. Essa receita é proveniente da cobrança da Tarifa de Utilização do Serviço de Distribuição - TUSD, definida e homologada pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE através de sua Resolução nº 96/2014. As receitas de serviços representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável. (iii) Contratos de construção - Receitas e custos:

As receitas e custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica IPC001, foram reconhecidos conforme IFRS 15 (CPC 47), que orienta o reconhecimento da receita a partir de razoável e confiável mensuração do progresso para a satisfação completa de obrigação de desempenho, proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização. A orientação OCP05 - Contratos de

continua

└─☆ continuação

Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidencição das receitas e dos custos de construção. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes vencedores para realização das obras. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 20.5. **(iv) Débitos na Venda de Gás:** Passivos de débitos na venda de gás são oriundos de diferenças de quantidade de retirada de gás contratualmente firmadas das quantidades efetivamente retiradas em um determinado espaço de tempo. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes que a Companhia lhe transfira bens ou serviços, um passivo é reconhecido quando do pagamento for efetuado. Esses são reconhecidos como receita quando a Companhia cumprir as obrigações previstas no contrato, mesmo não havendo a transferência de bens.

	Nota	Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018 (R\$ mil)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativo (Circulante e não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.724.696	10.724.696	12.557.89
Contas a receber, líquidas	5	197.196.802	197.196.802	150.982.80
Gás Pago e Não Retirado (<i>Take Or Pay</i>)	7	6.800.705	6.800.705	52.664.55
Títulos e Valores Mobiliários	4	132.498.367	132.498.367	38.920.12
		347.220.570	347.220.570	255.125.4
Passivo (Circulante e não circulante)				
Fornecedores	11	114.142.933	114.142.933	102.392.65
Gás Pago e Não Retirado (<i>Take Or Pay</i>)	7	15.458.027	15.458.027	44.326.45
		129.600.960	129.600.960	146.719.1

Os Administradores da sociedade complementaram a provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa com base em acompanhamento das perdas ocorridas nos últimos 5 anos, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. **(j) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(k) Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. **(l) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP e está sendo divulgada como informação financeira suplementar. **(m) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda - Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:** Não foram identificados efeitos relevantes da adoção da interpretação ICPC 22/IFRIC 23 que afetassem as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras.

- **Novas normas e interpretações ainda não efetivas** Novas normas e alterações às normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CONTA DE CUSTÓDIA: A composição do Caixa e seus equivalentes, apresentadas no Ativo Circulante, são:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	10.724.696	12.557.890
Aplicações financeiras (a)	132.498.367	38.920.128
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	143.223.063	51.478.018
Conta de Custódia (b)	282.752	279.857
Total de Caixa e Equivalente de Caixa e conta de custódia	143.505.815	51.757.875
(a) As aplicações financeiras são realizadas observando a Norma Interna de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a aplicação em CDB's (Certificado de Depósito Bancário) referenciados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 31/12/2019 essas aplicações financeiras estão sendo rentabilizadas a 104% do CDI (2018 - dentre 100,0% a 102,0%). As mesmas são efetivamente usadas no dia a dia das atividades da Companhia possuindo liquidez imediata e não há perda significativa de valor.		
(b) Valores retidos em conta corrente do Banco do Brasil, que originalmente foram depositados pela TERMOVERNAMBUCO S.A., para pagamentos de faturas à Companhia com constituição de controvérsia.		
5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		
	31/12/2019	31/12/2018
TERMOVERNAMBUCO S.A. (a)	83.917.217	67.782.339
Clientes do segmento industrial	35.215.255	28.814.168
Clientes do segmento veicular	8.890.510	6.579.264
Clientes do segmento autoprodutor	56.655.209	37.169.717
Outros	13.641.870	11.583.443
Total de contas a receber	198.320.061	151.928.931
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(1.123.259)	(946.122)
	197.196.802	150.982.809
Circulante	140.541.593	92.532.832
Não Circulante	56.655.209	58.449.977
	197.196.802	150.982.809

(a) Os valores correspondentes às vendas de gás natural junto à TERMOPELANAMBUCO são faturados mensalmente, com vencimento da parcela de Transporte até o 15º dia seguinte ao mês de consumo e as parcelas de Commodity e Remuneração COPERGÁS em 35 dias contados do primeiro dia do mês seguinte ao mês de consumo. A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	139.513.251	55.889.431
Vencidos até 90 dias (b)	7.574.706	11.121.087
Vencidos há mais de 90 dias (b)	51.232.104	84.918.413
	198.320.061	151.928.931

(b) Do montante do saldo de clientes vencidos de R\$ 58.806.810 (2018 - R\$ 96.039.500), R\$ 53.603.937 (2018 - R\$ 34.032.348) são faturas relacionadas a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), cuja causa está judicializada e com garantia de depósito judicial por parte da Petróleo Brasileiro S/A. Em referência ao saldo final em 31 de dezembro de 2018, R\$ 58.449.977 referiam-se a parte das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural pela COPERGÁS e repasse do custo equivalente à TERMOPERNAMBUCO, cujo processo encerrou-se no decorrer de 2019 com êxito à COPERGÁS.

6 TRIBUTOS: 6.1 Tributos a Recuperar Circulante

	31/12/2019	31/12/2018
Crédito Pis/Cofins (a)	309.182	136.613
Saldo negativo - IRPJ/CSLL (b)	12.855.681	9.313.537
ICMS (c)	2.153.624	1.826.838
Outros	—	167.456
	15.318.487	11.444.444

(a) Crédito de PIS/COFINS decorrente da amortização do ativo intangível, amortização de arrendamento mercantil e retenções na fonte. (b) Tanto o IRPJ como a CSLL apresentaram saldo negativo na apuração do Lucro Real de 2019 e 2018. Tais valores serão utilizados em compensações no exercício subsequente. (c) Saldo composto principalmente do crédito de PIS/COFINS decorrente da amortização do ativo intangível.

(h) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas com aplicações financeiras, juros ativos e multas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável da conexão são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

(i) **IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros:** O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir, estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

apresentado)	Valor		
justo	Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9	
12.557.890	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
150.982.809	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
52.664.591	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	
38.920.128	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
255.125.418			
102.392.651	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado	
44.326.493	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	
146.719.144			

sobre aquisição de bens permanentes.

Não Circulante

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Crédito Pis/Cofins (d)	1.689.804	–
Outros	<u>24.883</u>	<u>24.883</u>
	1.714.687	24.883

(d) Crédito de PIS/COFINS sobre amortização de arrendamento mercantil;

6.2 Tributos a Pagar

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recolher - Regime normal	564.246	1.049.372
ICMS a recolher - Diferencial de alíquota	486.314	24.618
PIS/COFINS a recolher	1.340.438	1.906.664
IRRF - Folha de pagamento	425.479	198.969
INSS - Folha de pagamento	512.553	498.246
INSS retido na Fonte	256.718	177.410
ISS retido na fonte	225.440	123.697
ISS a recolher	2.832.760	1.858.486
Outros	710.474	176.288
	7.354.422	6.022.750

6.3 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro: (i) Subvenções governamentais: Em 26 de dezembro de 2019, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE o Laudo Constitutivo 0279/2019, que concedeu à Copergás o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 2.569.965.000 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano-calendário de 1º de janeiro de 2019, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2012, a Copergás protocolará no decorrer de 2020, junto a Receita Federal do Brasil - RFB, o Pedido de Reconhecimento de direito à redução do IRPJ. É válido ressaltar que a Companhia usufrui do referido benefício até 31 de dezembro de 2023 através do Ato Declaratório Executivo DRF/REC nº 62 (publicado no D.O.U. de 28/04/2015) no qual a RFB declarou reconhecido o direito da Copergás de usufruir do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de incentivos fiscais (Reserva de Lucros), para posterior integralização ao Capital Social da Companhia. **(ii) Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social				
Contribuição social	236.877.001	236.877.001	95.707.530	95.707.530
Adições e exclusões Permanentes:				
Brindes e patrocínios	1.405.483	1.405.483	596.258	596.258
Provisões não dedutíveis	30.943.994	30.943.994	80.930	80.930
Resultado Líquido de adequação ao IFRS 16	433.487	433.487	—	—
Juros sobre Capital Próprio	(13.894.700)	(13.894.700)	(14.703.863)	(14.703.863)
Total	255.765.265	255.765.265	81.680.855	81.680.855
Alíquota nominal do imposto de renda (1) e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(63.917.316)	(23.018.874)	(20.396.214)	(7.351.277)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet	1.713.208	—	859.452	—
(+/-) Outros	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social correntes	(62.204.108)	(23.018.874)	(19.536.762)	(7.351.277)
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	30.246.338	—	12.806.100	—
Imposto de renda e contribuição social	(31.957.770)	(23.018.874)	(6.730.662)	(7.351.277)

(1) Está alíquota já considera o adicional de Imposto de Renda sobre o lucro excedente a R\$ 240mil/ano.

COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

Pesquisa e desenvolvimento

Terrenos

Edificações

Benf. em imóveis de terceiros

Instalações

Móveis e utensílios

Máquinas e equipamentos

Equipamentos de informática

Obras em andamento

Participação financeira

7 DÉBITOS E CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E COMPRA DE GÁS: Débitos

nas operações de venda de gás: Os débitos provêm do recebimento de valores de clientes referente a quantidade de gás paga e não retirada a título de *Take or Pay* (ToP) previsto no contrato de venda de gás natural, firmado entre a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGAS e seus clientes do mercado não termoeletrício, podendo ser recuperado pelo cliente, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2019 o montante a ser recuperado pelos clientes monta em R\$ 15.458.027 (2018 - R\$ 44.326.493). **Créditos nas operações de compra de gás:** O montante de R\$ 6.800.705 (2018 - R\$ 52.664.591) refere-se ao pagamento antecipado à Petrobrás referente a quantidade de gás paga e não retirada, conforme Contrato firme flexível, datado de 01 de março de 2009 e aditivos, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras. Assim, quando apurada diferença positiva entre a obrigação de retirada mensal ou anual, em relação à quantidade de gás efetivamente retirada no mês ou no exercício, respectivamente, a Companhia é obrigada a pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença. A quantidade paga e não retirada poderá ser recuperada até 365 dias após o final da vigência do contrato e no limite do valor do depósito corrigido pela variação do preço do gás. Para o contrato de compra e venda de gás para a Termopernambuco, o prazo de recuperação do pagamento das quantidades pagas e não retiradas se dá até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada de um determinado ano. Após o término do contrato, incluída as hipóteses de prorrogação, excetuada a hipótese de rescisão provocada pela TERMOPERNAMBUCO, os saldos de quantidades pagas e não retiradas serão recuperados: • Até o limite da QDC ou aquele que venha a ser acordado entre a Copergas, Termopernambuco e a Interveniente; • No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias seguintes ao do término do contrato.

Movimentação dos Créditos nas operações de compra de gás:

	Em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2018	52.664.591
(+) Adições	—
(+) Atualização de preço	807.210
(-) Compensações	(46.671.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.800.705

A recuperação, segundo estudos efetuados pela Companhia, ocorrerá até o final do primeiro trimestre de 2020.

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

		31/12/2019	31/12/2018
Processos trabalhistas		238.386	238.386
Processo nº 2004.83.00.006156-0	(a)	341.429	332.540
Processo nº 19647.002358/2003-51 - Garantia Recursal	(a)	654.540	638.535
Processo nº 2004.83.00.018397-5	(b)	720.942	701.880
Processo nº 10480.012750/2002-01	(a)	7.320.582	7.132.584
Processo nº 03782412420118190001	(c)	–	2.230.267
Processo nº 08192844720194058300 PIS/COFINS/CSLL		1.284.260	–
Outros		<u>2.112.415</u>	<u>2.080.800</u>

(a) Processo de reconhecimento da isenção do IRPJ; (b) Processo de abstenção de cobrança da faixa de domínio federal cobrada pelo DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; (c) Processo de cumprimento de sentença arbitral (TERMOPERNAMBUCO), encerrado em 2019.

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	13.354.992	11.771.636
Adições e atualização monetária	1.615.116	1.583.356
Baixas	(2.297.555)	—
Saldo no final de exercício	12.672.553	13.354.992

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ Diferido	7.700.765	—
CSLL Diferida	2.772.276	—
	10.473.041	—

Tributos e contribuições sociais diferidos são gerados por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. Os impostos diferidos ativos foram mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos. A realização desse ativo diferido está estimada para período superior a 5 (cinco) anos.

10 IMOBILIZADO - ARRENDAMENTO MERCANTIL

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo de Direito de Uso - Imóveis	10.234.141	—
Amortização	(765.820)	—
	9.468.321	—

A vigência do contrato de arrendamento é de 15 anos com término em 2032. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo INPC.

11 INTANGÍVEL: A amortização foi calculada com base no prazo dos ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços. Portanto, 10 anos é, no entendimento da Administração, o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos seus ativos intangíveis, e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação vai ao encontro das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no tocante aos itens 98, 98A e 98B do CPC 04 R1, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia. A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, por que: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite o equilíbrio entre a receita e os custos da atividade. Nos quadros a seguir apresenta-se a movimentação do intangível no exercício.

31/12/2019			31/12/2018		
Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
166.200	—	166.200	121.200	—	121.200
1.018.982	—	1.018.982	1.018.982	—	1.018.982
162.868	(64.932)	97.936	162.868	(52.942)	109.926
5.483.834	(4.861.795)	622.039	5.417.468	(4.737.507)	679.961
386.116.672	(292.144.219)	93.972.453	379.020.639	(264.797.547)	114.223.092
2.293.026	(1.557.817)	735.209	2.069.314	(1.410.102)	659.212
4.700.804	(3.668.724)	1.032.080	4.604.548	(2.904.199)	1.700.349
15.599.678	(7.144.164)	8.455.514	11.894.959	(5.992.914)	5.920.045
69.033.195	—	69.033.195	44.321.909	—	44.321.909
11.269.457	(3.931.277)	7.338.180	11.269.457	(2.804.301)	8.465.156
405.844.746	(242.272.938)	163.571.808	450.004.244	(282.690.513)	177.313.731

495.844.716 (313.372.928) 182.471.788 459.901.344 (282.699.512) 177.201.832
continua ☆

☆continuação

		MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL				
	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2019
Pesquisa e desenvolvimento	10	121.200	45.000	-	-	166.200
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	162.868	-	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.417.468	70.910	-	(4.544)	5.483.834
Instalações	10	379.020.639	5.704.283	1.652.659	(260.909)	386.116.672
Móveis e utensílios	10	2.069.314	223.712	-	-	2.293.026
Máquinas e equipamentos	10	4.604.548	96.255	-	-	4.700.803
Equipamentos de informática	10	11.894.959	3.704.720	-	-	15.599.679
Obras em andamento	10	44.321.909	26.663.625	(1.652.659)	(299.680)	69.033.195
Participação financeira	10	11.269.457	-	-	-	11.269.457
Subtotal		459.901.347	36.508.505	-	(565.133)	495.844.716
(-) Amortização acumulada		(282.699.512)	(30.673.417)	-	-	(313.372.928)
Total do intangível		177.201.832	5.835.088	-	(565.133)	182.471.788

		MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL				
	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2018
Pesquisa e desenvolvimento	10	-	121.200	-	-	121.200
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	162.868	-	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.410.552	6.916	-	-	5.417.468
Instalações	10	374.426.223	3.984.223	610.847	(654)	379.020.639
Móveis e utensílios	10	1.722.536	346.778	-	-	2.069.314
Máquinas e equipamentos	10	4.394.122	210.426	-	-	4.604.548
Equipamentos de informática	10	9.862.049	2.051.228	-	(18.318)	11.894.959
Obras em andamento	10	32.617.388	14.174.168	(610.847)	(1.858.800)	44.321.909
Participação financeira	10	11.269.457	-	-	-	11.269.457
Subtotal		440.884.177	20.894.939	-	(1.877.772)	459.901.344
(-) Amortização acumulada		(243.095.001)	(39.604.511)	-	-	(282.699.512)
Total do intangível		197.789.176	(18.709.572)	-	(1.877.772)	177.201.832

12 FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Petróleo Brasileiro S/A	108.249.616	99.767.050
Fornecedores diversos	5.893.317	2.625.601
Total de Fornecedores	114.421.222	102.392.651
Circulante	114.142.933	43.060.879
Não Circulante (a)	278.289	59.331.772
	114.421.222	102.392.651

(a) Faturas vencidas junto ao supridor, decorrentes das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural, conforme mencionado na Nota 23.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 13.1 Capital Social: O capital social é composto de 131.488.739 (2018 - 123.277.847) ações sem valor nominal, sendo 43.829.581 (2018 - 41.092.617) ações ordinárias, e 87.659.158 (2018 - 82.185.230) ações preferenciais, todas de classe única. O valor total do Capital Social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 177.366.592 (2018 - R\$ 166.290.920). O capital autorizado é de 300.000.000 de ações. As ações preferenciais são nominativas não resgatáveis, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. 13.2 Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. A proposta de distribuição do lucro líquido relativo ao exercício de 2019, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 192.373.398 (2018 - R\$ 81.625.590), pode ser demonstrada como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	192.373.398	81.625.590
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital social	(2.215.134)	(2.779.850)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(30.246.337)	(12.806.100)
Lucro líquido ajustado para a determinação do dividendo	159.911.927	66.039.640
Distribuição proposta, equivalente a 100% do Lucro Líquido ajustado - R\$ 1,36 por ação (100% em 2018, R\$ 0,58 por ação), composta de:		
Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro básico)		
Juros sobre o capital próprio	13.894.700	14.703.863
Imposto de Renda Retido na Fonte	(1.729.890)	(1.830.631)
Dividendo complementar ao mínimo obrigatório	27.813.172	3.636.678
	39.977.982	16.509.910
Juros sobre o capital próprio	13.894.700	14.703.863
Dividendos mínimos obrigatórios complementares	27.813.172	3.636.678
Dividendos adicionais propostos	118.204.055	47.699.099
Total Proposto	159.911.927	66.039.640

Os Juros sobre Capital Próprio de R\$ 13.894.700 (2018 - R\$ 14.703.863) foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de Imposto de Renda, sendo, R\$ 12.164.810 (2018 - R\$ 12.873.232) distribuídos de acordo com a participação societária de cada acionista. Tais Juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte ao percentual de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. 13.3 Lucro por ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e quantidades de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício atribuído aos acionistas da Companhia	192.373.398	81.625.590
Total de ações ordinárias e preferenciais	131.488.739	123.277.847
Lucro por ação	1,46	0,66

14 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: (i) Operações pessoal-chave da Administração: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a remuneração total dos conselheiros de administração e diretores da Companhia foi de R\$ 2.064.587 (2018 - R\$ 1.999.202), respectivamente. (ii) Transações com partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes (a)	56.655.209	37.169.717
Fornecedores (b)	108.527.905	99.767.050
Compra de gás natural (c)	880.173.572	903.602.728
Títulos de Crédito a receber (d)	8.823.608	7.462.143
Dividendos e reembolso aos acionistas	27.916.764	16.706.374
Créditos nas operações de compra e venda de gás	6.800.705	52.664.591

(a) Refere-se a cobrança da Tarifa de Utilização do Sistema de Distribuição de gás - TUSD; (b) Esses valores referem-se aos débitos existentes com a PETROBRAS, relacionados ao fornecimento de gás natural. Em 31 de dezembro de 2018, incluso neste saldo, estavam os débitos existentes relacionados a controvérsia destacadas na Nota 23; (c) Valor líquido de tributos incidentes na aquisição; (d) Penalidade de Falha de Fornecedor de gás termoeletrônico. Até 31/12/2019, a COPERGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS manteve contrato de fornecimento de Gás Natural (na modalidade Firme Inflexível), celebrado em 01/03/2009. Em 30 de abril de 2015, a Companhia firmou o aditivo nº 5 ao contrato Firme Inflexível, visando prorrogar o prazo de vigência de 31/12/2016 para 31/12/2021, conforme abaixo:

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/dia)
De 01/01/2016 a 31/12/2021	1.500.000

Dentre outras condições, o aditivo nº 5 estabelecia o compromisso de renegociar a parcela de molécula do preço do gás e o valor teto que vigoriam a partir de 01/01/2020, com 12 meses de antecedência. Diante das mudanças ocorridas no mercado de gás, no ano de 2019, a COPERGÁS participou de uma chamada pública coordenada com as distribuidoras do nordeste para aquisição de gás natural na modalidade firme inflexível. Nesse cenário de estímulo do aumento da concorrência no suprimento de gás, chamado de novo mercado de gás, em 23/12/2019, a COPERGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS firmaram novo contrato de fornecimento de Gás Natural, na modalidade Firme Inflexível no montante de R\$ 1.998.977 mil, abrindo espaço para novos fornecedores a partir de 2021, caso existam. A seguir o período e QDC do novo contrato firmado:

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/dia)
De 01/01/2020 a 31/12/2021	1.500.000
De 01/01/2022 a 31/12/2022	750.000
De 01/01/2023 a 31/12/2023	500.000

Em relação ao suprimento de gás natural para fornecimento à cliente termoeletrônico, que possui contrato exclusivo e independente dos demais clientes, relacionado com o fornecimento de gás à TERMOPERNAMBUCO S.A., no qual consta a PETROBRAS como interveniente, existe compromisso de compra de quantidades de gás natural em relação a quantidade diária contratada até o ano de 2024 de 2.150.000 m³/dia. A partir de maio de 2004 até o último ano da vigência do contrato, tanto a Companhia como a TERMOPERNAMBUCO S.A. estão sujeitas as seguintes penalidades contratuais: I. Em relação à commodity: Quando o volume de compra mensal for inferior a 70% (setenta por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de Gás por falha no fornecimento, paradas programadas ou por caso fortuito ou força maior. II. Em relação ao transporte: Quando o volume de compra mensal seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de gás por falha no fornecimento ou por caso fortuito ou força maior. As referidas penalidades contratuais são determinadas com base na multiplicação da insuficiência apurada no volume de compra pelo valor da parcela relativa à commodity e/ou transporte constante do preço do gás vigente no último dia do mês ou do ano de fornecimento a que se referem, com PIS/COFINS e exclusive os tributos incidentes sobre sua comercialização. Os valores das penalidades deverão ser pagos pela Companhia e TERMOPERNAMBUCO S.A. no mesmo prazo e segundo as mesmas regras e demais condições para pagamento de faturas de gás relativas ao período de faturamento. As transações mercantis com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, empresa ligada, estão sendo realizadas de acordo com os preços estabelecidos nos referidos contratos celebrados. 15 PASSIVO DE ARRENDAMENTO: No decorrer do exercício de 2019 a Companhia reconheceu em seus registros contábeis um passivo de arrendamento mercantil referente ao imóvel locado para as atividades da sede. Circulante

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo de arrendamento	1.623.836	-
Ajuste a Valor Presente	(1.090.334)	-
	533.502	-

Não Circulante

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo de arrendamento	18.268.152	-
Ajuste a Valor Presente	(7.059.836)	-
	11.208.316	-
	11.741.818	-

A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo INPC. 16 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA: Refere-se à parcela do investimento na Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN paga pelos consumidores para sua interligação à rede da Copergás, de modo a atingir a viabilidade econômica do projeto, calculado conforme as regras definidas no Contrato de Concessão.

	31/12/2019	31/12/2018
Acumuladores Moura S/A (a)	10.040.000	10.040.000
Outros	1.229.457	1.229.457
Amortização de Participação Financeira (b)	(3.931.277)	(2.804.300)
	7.338.180	8.465.157

(a) Participação financeira vinculada a construção do gasoduto Caruaru - Belo Jardim, com extensão aproximada de 53Km, cuja obra foi concluída no decorrer de 2016, conforme aprovado pela Agência Reguladora. (b) Amortização calculada à taxa de 10% a.a. em conformidade com o Contrato de Concessão. 17 PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

	31/12/2019	31/12/2018
Contingências trabalhistas	22.000	-
Contingências fiscais	420.249	-
Contingências cíveis (a)	31.295.722	-
	31.737.971	-

(a) R\$ 30.803 mil refere-se a contingência provisionada sobre ação judicial indenizatória movida pela BRASILENCORP ENGENHARIA, mencionada na Nota 23. No exercício de 2019 a Companhia reclassificou ao Passivo Não Circulante todas as contingências registradas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possuía litígios com probabilidade de perda possível distribuídos pelas seguintes naturezas:

	31/12/2019	31/12/2018
Arbitragem	-	74.686.696
Cível	270.580.635	247.008.080
Fiscal	1.282.517	-
Trabalhistas	1.257.349	770.698
	273.120.501	322.465.474

Os principais litígios estão detalhados na Nota explicativa 23.

18 RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas e serviços		
Vendas - Segmento Termoeletrônico	478.182.568	456.808.008
Vendas - Segmento Industrial	833.403.532	715.916.904
Vendas - Segmento Veicular	188.979.696	132.000.951
Serviços - Segmento Autoprodutor	19.485.493	21.863.907
Outras vendas	28.799.667	20.485.482
Deduções da Receita Bruta	(61.758.817)	(5.241.148)
	1.487.092.139	1.341.834.104
Tributos sobre as vendas e serviços	(323.072.690)	(275.779.073)
	1.164.019.449	1.066.055.031

O crescimento de aproximadamente R\$ 150 milhões no total da receita bruta decorreu principalmente do aumento no volume de vendas nos segmentos industrial e veicular e também do reajuste da tarifa média de vendas decorrente do variação no preço da commodity para todos os segmentos. A tarifa de serviços (TUSD) não foi reajustada durante o exercício. 19 CUSTOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
Commodity segmento termoeletrônico	(191.665.799)	(366.500.245)
Commodity segmento industrial	(546.865.766)	(438.620.460)
Commodity segmento veicular	(139.445.915)	(92.091.673)
Custos com materiais e serviços	(33.162.988)	(42.893.263)
Outros	(11.832.417)	(10.613.348)
	(922.972.885)	(950.718.989)

A redução nos custos de aproximadamente R\$ 175 milhões no segmento termoeletrônico tem relação direta com as devoluções realizadas à Petrobras em maio/2019 no montante de R\$ 193 milhões decorrente do cumprimento da sentença final da arbitragem da controvérsia de ICMS destacado na Nota 23. 20 DESPESAS OPERACIONAIS: 20.1 Despesas Comerciais

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.703.436)	(5.727.632)
Conversão de clientes	(5.492.813)	(5.787.812)
Outras	(495.155)	(448.923)
	(11.691.404)	(11.964.367)

20.2 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(18.130.861)	(15.934.259)
Tributárias	(11.671.394)	(7.951.414)
Serviços Pessoa Jurídica	(4.845.886)	(4.672.368)
Aluguéis	(2.689.903)	(3.293.753)
Participações nos lucros e resultados	(4.298.394)	(1.192.849)
Administrativas	(10.532.899)	(12.783.710)
	(52.169.337)	(45.828.353)

A redução nos custos de aluguel foi decorrente da aplicação do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. 20.3 Outras receitas (despesas) operacionais: De acordo com o contrato celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, tendo como interveniente a TERMOPERNAMBUCO S/A, caso haja falha no fornecimento de gás natural à Usina Térmica (TERMOPERNAMBUCO), por responsabilidade da PETROBRAS, esta pagará à COPERGÁS o valor equivalente à multiplicação da diferença entre a quantidade mínima de retirada de gás contratual e a efetivamente retirada, pela remuneração unitária da COPERGÁS. Em 2019 foi registrada receita por falha de fornecimento de gás natural no montante de R\$ 6.592.421 (2018 - R\$ 9.136.348). Também integram este item a Receita de Ship or Pay com a TERMOPERNAMBUCO no valor de R\$ 31.546.441 (2018 - R\$ 2.235.936), sendo que neste caso existe contrapartida em Outras Despesas Operacionais em montante equivalente, para pagamento à Petrobras, sendo um dos principais valores contemplados no item de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de TOP / SOP Termoeletrônico (a)	36.765.634	2.241.187
Receita de falha de programação/fornecimento Termoeletrônico	6.649.774	9.453.931
Penalidade de programação Não Termoeletrônico	30.458.457	4.112.296
Atualização de Take or Pay com supridor	2.388.476	20.711.519
Outras receitas operacionais	700.152	3.444.675
Total de outras receitas operacionais	76.962.493	39.963.608
Custo de TOP / SOP Termoeletrônico	(29.083.506)	(22.253.987)
Custo de falha de programação/fornecimento Termoeletrônico	(7.402.193)	(1.909.369)
Custo de TOP Não Termoeletrônico	(1.180.553)	-
Atualização de Take or Pay com clientes	(2.344.448)	-
Provisões com contingências (b)	(30.803.061)	-
Outras despesas	(2.474.691)	(135.485)
Total de outras despesas operacionais	(73.288.452)	(4.298.841)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	3.674.040	35.664.767

(a) A Companhia possui contrato de compra e venda de gás natural junto a Termopernambuco S/A, na qual a Termopernambuco S/A está obrigada a uma retirada mínima de gás estipulada contratualmente. Quando a Termopernambuco S/A não alcança o compromisso mínimo de retirada de gás, a mesma incorre na incidência de TOP/SOP, e a Copergás emite cobrança conforme cláusula contratual sobre a diferença entre o compromisso mínimo de retirada e o que efetivamente foi retirado; (b) Contingência provisionada sobre ação judicial indenizatória movida pela BRASILENCORP ENGENHARIA, mencionada na Nota 23. 20.4 Receitas e (Despesas) Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Juros/multas-obrigações fiscal e social	(7.263)	(803.772)
Juros e taxa sobre financiamentos	-	(850.044)
Descontos concedidos	(5.670)	(1.547)
Variação monetária de ativos de direito de uso de arrendamento	(1.127.900)	-
Outras despesas financeiras	(94)	(375.905)
Total das Despesas Financeiras	1.140.927	(2.031.268)
Receita sobre aplicações Financeiras	5.618.530	2.818.957
Juros e Multas	1.063.813	827.986
Atualização de créditos fiscais e depósitos judiciais	869.469	792.107
Atualização monetária/juros incorridos sobre arbitragem (a)	49.574.036	-
Outras	32.217	91.658
Total das Receitas Financeiras	57.158.065	4.530.708

(a) Valor referente a Atualização monetária/juros decorrente do cumprimento da sentença final da arbitragem da controvérsia de ICMS destacado na Nota 23. 20.5 Receita e Custo de Construção: Consoante o exposto na Nota 3, a construção de infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de resultado.

	2019	2018
Receita de Construção	37.131.476	21.367.261
Custo de Construção	(37.131.476)	(21.367.261)
Resultado	-	-

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 21.1 Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém uma política de gerenciamento de riscos que proíbe a negociação especulativa e comercial, com contratos firmados com instituições de grande porte e que apresentam experiência com instrumentos financeiros desta natureza. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito (ii); • Risco de liquidez (iii); e • Risco de mercado (iv). (i) Estrutura de gerenciamento de risco: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade quanto à aprovação das políticas de gestão e monitoramento de risco da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento

continua

